

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CLAUDIOMIRO DE WITT FILHO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM A GEOGRAFIA
ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL II NA EMEF DOLORES ALCARAZ
CALDAS (PORTO ALEGRE)**

PORTO ALEGRE

2021

CLAUDIOMIRO DE WITT FILHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM A GEOGRAFIA
ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL II NA EMEF DOLORES ALCARAZ
CALDAS (PORTO ALEGRE)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
parte dos requisitos necessários para a obtenção
do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Denise Wildner Theves

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Filho, Claudiomiro de Witt
Educação Inclusiva: desafios e perspectivas com a
Geografia Escolar no Ensino Fundamental II na EMEF
Dolores Alcaraz Caldas (Porto Alegre) / Claudiomiro de
Witt Filho. -- 2021.
76 f.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Denise Wildner Theves.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Educação Inclusiva. 2. Geografia Escolar. 3.
Bairro Restinga. 4. Educação Especial. I. Theves,
Prof^a. Dr^a. Denise Wildner, orient. II. Título.

CLAUDIOMIRO DE WITT FILHO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM A GEOGRAFIA
ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL II NA EMEF DOLORES ALCARAZ
CALDAS (PORTO ALEGRE)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
parte dos requisitos necessários para a obtenção
do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Denise Wildner Theves

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Denise Wildner Theves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Ivaine Maria Tonini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Máira Suertegaray Rossato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho às minhas experiências...

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de aquisição de conhecimentos, através de seu plano de ensino completo, onde é abordado diversos assuntos, por meio de conteúdos atualizados e professores qualificados.

À Professora Dra. Denise Wildner Theves, por me conduzir nesta trajetória e se arriscar nesse desafio que é a Educação Inclusiva. Seu apoio, confiança e atenção no percurso de orientação foram fundamentais na construção deste trabalho. O sentimento é de gratidão pela condução generosa e por me ajudar a construir um trabalho com um tema tão delicado, contudo, necessário.

À Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas, por ter me recebido em 2019 de forma generosa e acolhedora, facilitando o meu entendimento sobre as principais demandas da escola, principalmente no que tange a Educação Inclusiva e, acima de tudo, colaborando na construção e desenvolvimento deste trabalho tão importante para o ensino de geografia.

Às professoras Susete Ines e Ingrid Diekow, especialistas em Educação Especial, da Escola Dolores Alcaraz Caldas que, desde 2019, me mostraram de forma sensível os sabores e dissabores da Educação Inclusiva dentro de uma escola pública localizada dentro de uma periferia de Porto Alegre/RS.

Aos meus pais e familiares por sempre acreditarem em mim, me apoiarem nas minhas escolhas e decisões, por me proporcionar condições tranquilas na minha trajetória acadêmica, visando o melhor desempenho possível. Também aos meus amigos pelo apoio e feedbacks dados na construção deste trabalho.

Agradeço também ao universo por me proporcionar experiências extremamente importantes para a minha formação como professor de Geografia, mas também como ser humano pertencente a uma sociedade diversificada e cheia de particularidades e singularidades.

Não posso deixar de agradecer os meus guardiões que, de certa forma, estão comigo o tempo todo, me conduzindo e me orientando em minhas escolhas.

Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz.

(SILVA, 1998, p. 194).

RESUMO

Hoje o Brasil possui muitas leis que asseguram a matrícula e a permanência de alunos em instituições regulares da rede pública, tendo como pressuposto a inclusiva e a garantia do acesso de todos à educação. Entretanto, entre recebê-los e atendê-los, preservando sua integridade física, mental e emocional, existe um distanciamento bastante acentuado. Sendo assim, atrelado aos enfrentamentos no cotidiano nos espaços escolares, o objeto de estudo desta pesquisa constitui-se na análise e reflexões dos desafios e das perspectivas com a Geografia escolar no que tange a inclusão escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas, localizada no Bairro Restinga, em Porto Alegre (RS). De maneira mais específica; pretendeu-se: a) verificar as possíveis tensões que decorrem dos processos de inclusão a partir da análise do ensino de Geografia no Ensino Fundamental II; b) analisar os principais desafios da Geografia para a efetivação da inclusão escolar; c) investigar quais as perspectivas dos professores de Geografia no que tange a inclusão escolar; d) quais as ações e propostas da escola para promover a inclusão de forma plena; e) contribuir para a pesquisa científica no campo do ensino de Geografia. Na pesquisa, foi utilizada a metodologia de abordagem qualitativa, em que se utilizou entrevistas semiestruturadas que foram propostas a professores e outros profissionais que atuam na referida escola. Buscou-se, como referencial teórico relacionado com a educação inclusiva as contribuições de Maria Teresa Eglér Mantoan (2008), Ruth Emilia Nogueira (2016), Maria Angela Monteiro Correa (1999), Leny Mrech Magalhães (1998), Maria Odete Emygdio da Silva (2021), entre outros, Devido a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV 2, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas utilizando a plataforma Google Formulários, assim facilitando o envio para professores de Geografia, professores do atendimento educacional especializado e direção da escola. Entre os resultados, notou-se grandes barreiras que permeiam o trabalho pedagógico desenvolvido na escola. A conduta da equipe que atua na escola mostrou-se inclusiva, porém com muitos desafios. Foram observadas barreiras na troca de experiências entre professores de Geografia e professores especializados, bem como na formação dos professores. A Geografia pode e tem autonomia para participar de forma significativa no processo inclusivo, prática essa que fortalece o ensino de Geografia e contribui para o desenvolvimento de quem aprende e de quem ensina e? com essa afirmação eu perguntaria: porquê não é feito?

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Fundamental; Ensino de Geografia; Escola pública.

ABSTRACT

Today, Brazil has many laws that ensure the enrollment and permanence of students in regular public institutions, based on inclusiveness and guaranteeing access to education for all. However, between receiving them and serving them, preserving their physical, mental and emotional integrity, there is a marked gap. Thus, linked to daily confrontations in school spaces, the object of study of this research is the analysis and reflections of the challenges and perspectives with school geography regarding school inclusion in the Municipal Elementary School Dolores Alcaraz Caldas, located in Bairro Restinga, in Porto Alegre (RS). More specifically, it was intended: a) to verify the possible tensions arising from the inclusion processes from the analysis of the teaching of Geography in Elementary School II; b) analyze the main challenges of geography for the realization of school inclusion; c) investigate the perspectives of Geography teachers regarding school inclusion; d) what are the actions and proposals of the school to fully promote inclusion; e) contribute to scientific research in the field of teaching Geography. In the research, a qualitative approach methodology was used, in which semi-structured interviews were used, which were proposed to teachers and other professionals who work in that school. The contributions of Maria Teresa Eglér Mantoan (2008), Ruth Emilia Nogueira (2016), Maria Angela Monteiro Correa (1999), Leny Mrech Magalhães (1998), Maria Odete Emygdio da Silva were sought as a theoretical framework related to inclusive education. (2021), among others, Due to the pandemic caused by the SARS-CoV 2 coronavirus, the semi-structured interviews were carried out using the Google Forms platform, thus facilitating the submission to Geography teachers, teachers of specialized educational services and school management. Among the results, there were great barriers that permeate the pedagogical work developed at the school. The conduct of the team working at the school proved to be inclusive, but with many challenges. Barriers were observed in the exchange of experiences between Geography professors and specialized professors, as well as in the formation of professors. Geography can and does it have autonomy to participate significantly in the inclusive process, a practice that strengthens the teaching of Geography and contributes to the development of those who learn and those who teach and? with that statement I would ask: why is it not done?

Keywords: Inclusive education; Elementary School; Teaching of Geography; Public school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Localização Bairro Restinga.....	33
Figura 2 — Localização da EMEF Dolores Alcaraz Caldas.....	34
Figura 3 — Entrada da escola.....	36
Figura 4 — Piso tátil no saguão da escola.....	37
Figura 5 — Piso tátil na entrada das salas de aula.....	38
Figura 6 — Rampa para alunos cadeirantes.....	39
Figura 7 — Rampa para o acesso às quadras de educação física.....	40
Figura 8 — Globo terrestre tátil.....	44
Figura 9 — Mapa Mundi tátil elaborado pelas professoras especializadas.....	45
Figura 10 — Professores de Geografia que receberam formação continuada....	48
Figura 11 — Recursos pedagógicos utilizados pelos professores de Geografia..	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Público alvo da Educação Inclusiva.....	30
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasil de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
SEJA	Serviço de Educação de Jovens e Adultos
SIR	Sala de Inclusão e Recurso
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS E DEFINIÇÕES.....	22
2.1 Exclusão, segregação, integração e inclusão.....	25
2.2 Leis e diretrizes da educação inclusiva no Brasil.....	25
2.3 A escola inclusiva: trilhando seu percurso de transição.....	29
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Delineamento.....	32
3.2 Descrição do Bairro Restinga.....	32
3.3 Contextualizando a escola.....	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
4.1 A Educação inclusiva na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas.....	41
4.2 O Atendimento Educacional Especializado na escola.....	42
4.3 O ensino de Geografia no contexto da educação inclusiva na EMEF Dolores Alcaraz Caldas.....	47
4.4 Geografia escolar: inquietudes da inclusão.....	48
4.5 O ensino de geografia na perspectiva inclusiva.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6 REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE.....	59
ANEXO.....	74

APRESENTAÇÃO

Muitos teóricos afirmam que nós não nascemos professores, mas nos tornamos professores. Não discordo dessa afirmação, porém desde os meus 11 anos, eu já sabia que eu queria ser professor. Vocação? Não sei! Porém, explicar as teorias heliocêntrica e geocêntrica para meus irmãos menores era a minha alegria. Não sabia direito quem era Nicolau Copérnico e Cláudio Ptolomeu, mas falar sobre tais teóricos era uma satisfação (tristeza para a minha, pois as paredes do quarto ficavam riscadas com giz).

Desde o Ensino Fundamental a prática docente sempre me chamou a atenção, não era a matéria dada pelo professor nem à escola, mas sim a figura da professora na frente do quadro. Mesmo a professora levando para a sala de aula inúmeros mapas e diversos globos terrestres, a Geografia não estava em meus pensamentos, nem me cativava significativamente, entretanto, gostava dos conteúdos de Geografia, mesmo não compreendendo, por exemplo, como a aurora boreal se formava.

No Ensino Médio os papéis se inverteram, a Geografia ganhou espaço no meu coração e o professor ficou em segundo plano (isso não significa que eu não gostava dele). Gostava muito de aprender sobre determinismo, positivismo e evolucionismo, mesmo sempre errando o nome do Ratzel nas provas. Desde então a Geografia passou a me acompanhar, seja em leituras, documentários, pesquisas, curiosidades.

Com o término do Ensino Médio me encontrei indeciso sobre a escolha da minha profissão, pois meus desejos pessoais não eram suficientes para fazer escolhas, opiniões externas acabavam incidindo nas minhas decisões. A profissão de professor não tinha prestígio no meu círculo familiar. Diante do exposto, decidi fazer um curso técnico de administração, e, caso eu gostasse, entraria para a faculdade para cursar o mesmo curso. Depois de um ano me formei, não vou dizer que o curso não foi útil, agregou muito (até hoje lembro da Pirâmide de Maslow),

mas o principal benefício que ele me trouxe, foi reforçar o meu desejo em ser professor, e foi isso que eu fiz.

Fiz o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Geografia, passei e ingressei no currículo de licenciatura. Depois de um ano de curso, senti a necessidade de conhecer um pouco mais o contexto-da escola, ou seja, experimentar a realidade com o olhar de um futuro professor de Geografia. Apareceu a oportunidade de fazer um estágio não-obrigatório pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, porém o estágio tinha como atividade auxiliar os alunos das escolas públicas para que pudessem ter acesso e direito à Educação Inclusiva. Confesso que quando cheguei à escola, pensei em desistir do estágio, pois não era a minha área, nem meu objetivo; porém estava na faculdade me tornando professor, e, mais cedo ou mais tarde, eu iria me deparar com tal realidade, diante disso, resolvi encarar o desafio.

Com o passar dos meses, fui me familiarizando com o ambiente, com os professores, com os alunos e acima de tudo, me identificando enquanto professor. O convívio com as crianças fez nascer um desejo em forma de compromisso com a Educação Inclusiva, ou seja, eu enquanto futuro professor de Geografia, precisava retribuir de alguma forma todo o afeto e reconhecimento recebido nesse tempo de estágio. Destaco que o professor de Geografia que está na formação inicial na graduação, chegará nas escolas e irá encontrar essas crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo que fui adentrando nos meandros da Educação Inclusiva, fui me deparando com os desafios e com as lutas diárias. Pude acompanhar as angústias dos professores, as barreiras físicas e atitudinais que permeiam na sociedade, bem como no espaço escolar. Isso tudo acabava dificultando a inclusão de forma plena, efetiva e abrindo espaço para a exclusão, segregação e integração, assim deixando-a apenas nos papéis em forma de lei.

Para não reforçar as barreiras já impostas pela sociedade, eu decidi contribuir com o estudo mais aprofundado, buscando refletir sobre a Educação Inclusiva, ampliando as possibilidades que a Geografia escolar pode oferecer. -Já dizia Paulo Freire: “quem ensina aprende ao ensinar” (1996, p. 25), e foi isso que aconteceu. O

objetivo da atuação no estágio realizado, era incluir os alunos da escola regular, porém quem foi incluído no mundo da educação inclusiva fui eu. E considero importante que isso seja compartilhado.

1 INTRODUÇÃO

Uma parcela significativa de alunos ficou às margens do processo de escolarização durante a história da nossa sociedade. Alunos que não correspondiam às padronizações da sociedade, recebiam diferentes denominações e eram afastados do convívio em sociedade. Hoje a educação inclusiva, é a diretriz principal das políticas públicas educacionais, que tem como objetivo a inserção desses alunos nas escolas regulares de ensino. Esse processo não aconteceu do dia para a noite, o avanço aconteceu de forma lenta, enraizado em segregação e exclusão. Um dos marcos decisivos para a inclusão escolar, é a mudança da Educação Especial de nível de ensino para a modalidade de ensino. Isso acarretou o desenvolvimento de subsídios que serviram de apoio para o público alvo da educação inclusiva.

O Brasil, hoje, possui muitas leis que asseguram a matrícula e a permanência de alunos públicos da educação inclusiva, seja a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), quanto a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Todas têm como premissa a inclusão escolar.

Com a criação das Salas de Inclusão e Recursos - SIR na Rede Municipal de Porto Alegre, teve-se uma aproximação na comunicação entre professores especializados em Atendimento Educacional Especializado - AEE e os professores da classe de ensino, facilitando o entendimento das potencialidades de cada aluno e, conseqüentemente, o desenvolvimento de expectativas para a inclusão de forma efetiva nos espaços escolares. No entanto, essa aproximação das SIRs com a classe “comum” não é muito recorrente dentro das escolas, pois os professores acabam não procurando os professores especializados para estabelecer contato e parceria, o que acaba acarretando lacunas para o acompanhamento dos processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Ao matricular seus filhos na escola regular de ensino, os pais acreditam em seu desenvolvimento pleno, entretanto os espaços escolares enfrentam muitas barreiras para promover a inclusão de forma efetiva. Barreiras físicas, atitudinais e de comunicação são frequentemente encontradas nas escolas, o que demonstra que a inclusão não acontece somente com leis, mas sim com as condutas e oportunidades no dia a dia. Devido às leis vigentes, as escolas não podem recusar a matrícula para alunos da educação inclusiva, porém recebê-los não garante um atendimento significativo e de qualidade para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Sendo assim, o objetivo deste estudo, que tem como campo de análise uma escola da rede pública municipal de Porto Alegre, é identificar os desafios e perspectivas com a Geografia no que tange a inclusão escolar - mais especificamente, como a Geografia está contribuindo, ou não, para efetivar a educação inclusiva. Dessa perspectiva, parte-se da questão de pesquisa: **Quais são os desafios e perspectivas com a Geografia Escolar no que se refere a Educação Inclusiva na EMEF Dolores Alcaraz Caldas?**

A partir da discussão realizada anteriormente, o **objetivo principal** do trabalho é mostrar e refletir com os desafios enfrentados na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas, no que se refere a educação inclusiva com a Geografia, e a partir disso verificar como os professores estão se articulando para promover a inclusão no ensino de Geografia. Como **objetivos específicos** destaca-se: a) analisar o papel da Geografia na educação inclusiva; b) identificar os desafios da inclusão nas aulas de Geografia; c) refletir sobre as perspectivas dos professores de Geografia no que se refere o desenvolvimento dos alunos da educação Inclusiva; d) demonstrar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos processos de inclusão escolar; e) contribuir para a pesquisa científica no campo da Educação.

Os capítulos deste trabalho, após a introdução, se encontram assim distribuídos: no capítulo 2, se esboça um breve histórico da inclusão escolar no mundo e no Brasil, bem como definições de leis vigentes e diferentes denominações

da atualidade. Com isso, busca-se apresentar aspectos que contribuam para o entendimento do processo que resultou em diferentes cenários da sociedade contemporânea.

No capítulo 3, é exposto o campo de análise da pesquisa, bem como a metodologia utilizada: sua abordagem, perguntas de pesquisa, sujeitos e procedimentos.

No capítulo 4, são apresentados resultados e discussões sobre os dados que foram levantados e produzidos na pesquisa, reflexões sobre os caminhos da inclusão, relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além dos desafios e perspectivas para a atuação com a Geografia na promoção da inclusão escolar.

No capítulo 5, apresentam-se as considerações finais que foram construídas na condução do trabalho, bem como concepções relevantes para o aprofundamento dos estudos voltados para a Geografia e a inclusão escolar.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS E DEFINIÇÕES

Entender o que acontece hoje na educação brasileira e na sociedade em relação a inclusão é fundamental para a docência, mas para compreender a atualidade é necessário análises dos contextos históricos que levaram à formação da sociedade brasileira atual e, conseqüentemente, das escolas e do sistema educacional brasileiro. A escola inclusiva tem duas atividades paralelas: representar uma sociedade inclusiva e os valores dessa sociedade e alimentar essa sociedade com membros que darão valor à inclusão. Segundo Mrech, o processo inclusivo é:

Um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de suporte de serviços da área de educação por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto (MRECH, 1998, p. 37).

Nessa perspectiva, a escola vai formar alunos funcionais nessa sociedade e os alunos que não fazem parte do modelo de inclusão irão respeitar e defender a inclusão social, portanto é um círculo que se auto alimenta. Para Mantoan (2008), inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

Uma escola, independentemente do tempo em que ela está inserida, vai representar o pensamento e as atitudes da sociedade, então nós não conseguiremos uma escola 100% inclusiva enquanto a sociedade não for totalmente inclusiva. Contudo, não podemos abandonar o modelo de inclusão na escola, pois essa escola vai formar futuras gerações que irão alimentar cada vez mais uma sociedade inclusiva. Segundo Cláudia Dutra:

Inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para

trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais (DUTRA, 2003, p. 46).

Os contextos históricos podem ser divididos em duas fases: pré-científica, em que as pessoas com deficiência eram tratadas de maneira desumana e não haviam estudos científicos suficientes sobre as deficiências, portanto eles não eram tratados adequadamente nem moralmente. Científica, inicia-se grandes estudos a respeito do cérebro humano e seu funcionamento, os pesquisadores começam a se aprofundar mais nas causas e nas origens das deficiências.

2.1 Exclusão, segregação, integração e inclusão

Segundo Campos, "o entendimento histórico que se faz para compreender o processo que se deu ao tratamento dos portadores educacionais especiais, está em quatro grandes períodos históricos que perpassam na Europa, América do Norte e no Brasil" (2011, p.24). A primeira é a fase de extermínio na Antiguidade Grega e Romana, qualquer criança que nascesse com alguma anomalia, alguma deformidade física ou que se percebesse alguma deficiência mental era exterminada, ou seja, era morta. Para os modelos tanto Grego quanto Romano não interessavam pessoas que não pudessem exercer trabalhos. Segundo Correia (1999), as pessoas com baixa renda que serviam aos nobres e aos ricos, precisavam ser funcionais, portanto, essas pessoas tinham a obrigação de conseguir trabalhar. Se nasciam entre os ricos e nobres, era considerada uma vergonha para a família, pois não poderia ser admirada, naquela época se admirava um corpo perfeito. Também não poderia praticar esportes. Logo ela não teria nenhuma utilidade estética nem funcional para a sociedade. Essa fase durou até a Idade Média.

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que poriam em condições de se reproduzirem em outros seres fadados, certamente, a serem iguais progenitores. [...] também que não deveria curar os que, por serem frágeis de compleição, não podem chegar ao limite natural da vida,

porque isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao Estado (Platão, 429-347 a.C.).

Na Idade Média o cristianismo começa a dominar a Europa através da Igreja Católica. A igreja tinha muita influência nas monarquias e nos feudos. O conceito cristão é de não matar nenhum tipo de ser vivo humano, com isso começa a fase de segregação. As crianças que nasciam com alguma deficiência, algum tipo de estigma ou por serem diferentes de um modo geral eram abandonadas, geralmente deixadas em alguma instituição religiosa, onde ela seria criada de uma maneira segregada, ou seja, escondida da sociedade. As famílias tinham vergonha dessas crianças, às vezes eram consideradas a fruta do pecado. Nesse sentido, as pessoas com algum tipo de deficiência eram muito estigmatizadas pela sociedade e não havia nenhum tipo de tratamento de saúde para as deficiências e nenhum tipo de educação. Elas eram, simplesmente, jogadas nessas entidades assistenciais. Fernandes afirma que:

Na Idade Média é que essa situação de extermínio começou a ser questionada em decorrência do fortalecimento da igreja católica e do advento do cristianismo os quais mudam o cenário político da sociedade. Aliando-se à nobreza, o clero passa a ter, além do domínio econômico uma enorme influência na definição dos princípios e dos valores morais que regem a vida social, determinado, por meio de dogmas religiosos, os desígnios do bem e do mal (FERNANDES, 2007, p. 20).

A partir da Revolução Francesa os estudos voltados para as diferentes deficiências começaram a ganhar força, assim, desvendando alguns mistérios do cérebro humano. Com o fato de que nosso cérebro é dividido em dois hemisférios e cada um é responsável por funções distintas em nosso organismo, os estudos foram direcionados para o desenvolvimento cerebral e as funções cerebrais, conseqüentemente desvendando segredos do cognitivo humano e suas origens. Diante disso, consegue-se um tratamento diferente, ou seja, tratamento mental e físico diferente para as pessoas com deficiência. Nesse contexto, inicia uma fase de integração, portanto a pessoa com deficiência passa a ser vista como um sujeito

com potencialidades e com capacidade de superar alguns obstáculos do cotidiano. A integração que se inicia é um pouco superficial, pois somente as pessoas com deficiência altamente funcionais tinham uma verdadeira integração social, a maioria ainda era confinada em instituições especializadas. De acordo com Jannuzzi:

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação (JANNUZZI, 2004, p. 34).

Por fim, a fase de inclusão, que é a fase atual, em que se considera que todo ser humano tem capacidade de aprendizagem e tem direito a participar dessa sociedade, salvo alguns casos de deficiências muito graves e muito comprometedoras. Hoje, se enxerga a pessoa com deficiência de uma maneira diferente na maioria dos países do mundo ocidental, mas ainda vivemos uma fase de adaptação e de transição.

2. 2 Leis e diretrizes da educação inclusiva no Brasil

O Brasil acompanhou em grande parte a Europa, os Estados Unidos e os países que avançaram nas pesquisas sobre inclusão de pessoas com deficiência, participando de vários tratados internacionais. A Convenção dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, determina que seja necessário iniciar por:

[...] reconhecer as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e com a promoção do pleno desfrute, por pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e sua plena participação na sociedade resultará na elevação do seu senso de fazerem parte da sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento

humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza (ONU, 2006, p. 2).

O Brasil lidou com as pessoas com deficiência de maneira segregativa até mais ou menos o século XX. Em 1954 nasce a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que é uma escola de educação especial que se espalhou por todo o país, oferecendo Atendimento Educacional Especializado para vários tipos de deficiência. Com essa perspectiva, abrem caminhos para contribuir para a educação inclusiva, primeiro pela Constituição de 1988 que diz que as crianças que pudessem se adaptar tinham que frequentar o ensino regular, após temos a Declaração de Salamanca que foi escrita em 1994 e culminou para novas leis brasileiras, bem como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996.

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados (ONU, 1948, p.17).

Antes da Constituição Federal de 1988, não havia políticas que promovessem a inclusão escolar, o tema não era pauta do poder público, portanto não tinha entendimento dos benefícios da inclusão, bem como da sua importância para a educação brasileira. O poder público, por muitos anos, interpretou a educação inclusiva, como se fosse algo restrito para as pessoas com algum tipo de deficiência. Fato esse que culminou na divisão entre escolas de ensino regular e escolas de educação especial. A Constituição de 1988 é uma constituição extremamente democrática e que trouxe pela primeira vez as concepções de inclusão social, nessa constituição há uma recomendação de crianças com deficiência que se adaptem a escola comecem a frequentar o ensino regular. De acordo com a Constituição Federal de 1988:

ART. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento, sem preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

ART. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

ART. 208. O dever do estado com a educação será efetivada mediante a garantia de:

III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, na rede regular de ensino (BRASIL, 1998, p. 123-124).

Entretanto, o grande marco na educação inclusiva foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB de 1996, inspirada, entre outros documentos, bem como na Declaração de Salamanca de 1994. A LDB trouxe pela primeira vez um conceito de educação para todos, até a década de 90 a escola era um lugar para alguns, ou seja, para pessoas que se adaptavam àquele modelo de escola. Com a LDB de 1996 o Brasil começou a trabalhar com uma perspectiva ainda mais inclusiva. Segundo essa lei, toda criança tem o direito de aprender e consegue aprender desde que a escola saiba ensinar. Então, todos os alunos em idade escolar devem ser matriculados na escola, sem exceção. De acordo com a LDB de 1996:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996, p. 39-41).

Portanto, a LDB traz o conceito de que todos têm o direito de frequentar a escola. “É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela” (MANTOAN, 2003, p. 8).

O Brasil começa a mudar seu cenário no que diz respeito à educação inclusiva a partir de leis que asseguram a educação como um direito de todos. As leis presentes na Constituição Federal de 1988 ao mesmo tempo que garante a educação para todos, também restringe a matrícula para aqueles que não se enquadram no padrão das escolas. Após declarações mundiais, surge a LDB com abordagens mais significativas para a implementação da inclusão escolar. Entretanto, a estrutura do sistema educacional foi mudada radicalmente em 2003, através do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade implementado pelo Ministério da Educação (MEC), que diz que as crianças com algum tipo de deficiência devem ser matriculadas nas escolas de ensino regular, bem como frequentar as salas de aulas comuns, não podendo haver distinção nos espaços físicos da escola. Segundo o MEC a inclusão será efetivamente exercida se:

a) pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (BRASIL, 2009, p. 52).

Vale ressaltar que ainda existe a Educação Especial que é permitida e incentivada, entretanto sua oferta precisa ser dentro das escolas de ensino regular através das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento é feito em salas de recursos multifuncionais em contraturno e por professores especializados em educação especial. A oferta é garantida em todos os níveis e etapas da educação.

2.3 A escola inclusiva: trilhando seu percurso de transição

Atualmente a escola vive uma fase de adaptação e inclusão desde 1996 quando a LDB trouxe mudanças nas características do nosso sistema educacional. Quando se trata de educação os resultados são realmente lentos, pois temos um país continental, com muitas crianças dentro da escola. A escola, por exemplo, teve que adaptar a sua estrutura física para receber as crianças com dificuldade de locomoção, bem como sua grade curricular. A escola precisa qualificar e atualizar os professores e os gestores para lidar com as deficiências e com outros alunos de inclusão, ou seja, precisa-se mudar o material didático, adaptar o material didático, adaptar métodos e estratégias educacionais para receber as crianças e adolescentes que pertencem à educação inclusiva.

A escola ainda passa por mudanças no que tange a estruturação, faz-se necessário pensar que se nós queremos uma sociedade inclusiva a escola tem um papel fundamental nesse processo. Com a LDB nós temos uma ampliação do público da educação inclusiva recebido pelas escolas da rede de ensino público regular, pois não havia um grande controle das crianças que frequentavam a escola

como há hoje e muitas crianças acabaram excluídas do processo de ensino-aprendizagem. Hoje nós temos matriculadas todas as crianças em idade escolar, mas ainda precisamos oferecer um ensino de qualidade que seja significativo para todos. Para Mantoan:

Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam na formação de redes de saberes e de relações que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento, existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos que estão direto ou indiretamente nele envolvido (MANTOAN, 2003, p. 33).

O conceito de inclusão vai além do conceito de deficiência. A inclusão escolar é incluir o aluno que tenha qualquer tipo de dificuldade dentro dos espaços escolares. Por conta das diferentes interpretações sobre a educação inclusiva, o processo inclusivo nos espaços escolares acontece de forma lenta e com grandes barreiras no recebimentos dos alunos. Por muitos anos, a definição de educação inclusiva sofreu muitas interpretações, a partir disso, levando a sobreposição dos conceitos de educação inclusiva e educação especial. Com base no (QUADRO 1), podemos concluir que o público alvo da educação inclusiva é bastante diversificado e não está restrito à modalidade Educação Especial.

Quadro 1: Público alvo da Educação Inclusiva

Deficientes	Físico, intelectual, visual auditivo ou com deficiências múltiplas
Distúrbios de aprendizagem	Dislexia, discalculia, TDAH, etc.
Transtornos globais de desenvolvimento	TEA, Síndrome de Rett, Síndrome de Kanner, etc.
Altas habilidades/superdotação	inteligência superior, QI entre 121 e 130.

Déficit Social	Crianças com condições de miséria.
Problemas familiares e emocionais	Abandono dos Pais, violência doméstica, abuso sexual, etc.
Minorias	Étnicas, de gênero, sexualidade e raciais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fernanda Albertina Garcia & Sandra Regina Carrieri de Souza, 2021.

Diante do exposto, faz-se necessário pensar em metodologias para oportunizar a inclusão nos espaços escolares. Tendo em vista a diversidade de alunos que fazem parte do processo de inclusão, a Geografia tem autonomia para promover a inclusão de forma significativa e romper com as barreiras que tangenciam a Geografia escolar. Entretanto, a Geografia precisa adentrar no universo da inclusão e distanciar os estigmas que estão enraizados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Os elementos norteadores do professor não são os conteúdos, mas sim os próprios alunos. Quando assumimos essa ideia, oportunizamos o diálogo no processo de ensino-aprendizagem, bem como a aproximação dos alunos com a Geografia, que por si só é fragmentada e abarrotada de conceitos. A prática em sala de aula oportuniza a pesquisa-ação, ou seja, mesmo não assumindo esta posição, nós professores somos pesquisadores. E fazer da sala de aula uma grande pesquisa, é repensar nossas práticas e, conseqüentemente, achar caminhos para a inclusão escolar.

Fazer do ensino de Geografia uma oportunidade para promover a inclusão escolar é reposicionar os indivíduos que, por muitos anos da história da educação brasileira, ficaram segregados nos processos de aprendizagens. Hoje o Brasil possui muitas leis, entretanto, são apenas prescrições. As leis também são currículos, mas

sofre alterações com base na maneira que elas são interpretadas pelos espaços escolares, bem como pelos professores de Geografia.

Quando entendemos a importância da inclusão em nossas aulas, damos sentido aos objetos do conhecimento. A Geografia por si só não é atrativa, nós professores precisamos dar significados para os conteúdos e, a partir disso, abrir as portas do nosso universo simbólico. Levar em consideração as particularidades e singularidades dos alunos em sala de aula é, também, promover a inclusão escolar no ensino de Geografia.

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento

A pesquisa se baseou em um questionário semiestruturado (APÊNDICE C, D e E) feito na plataforma Google Formulários e foi disponibilizada para os professores de Geografia, diretora e professoras do Atendimento Educacional Especializado da escola, bem como em documentos normativos que garantem a inclusão escolar, assim sendo feitas análises de natureza qualitativa.

Primeiramente, foi solicitada a autorização da diretora da escola para a execução da pesquisa com os professores (APÊNDICE A), bem como visitas para observações e registros. A partir disso, foi disponibilizado para a assinatura o Termo de Consentimento para os professores (APÊNDICE B).

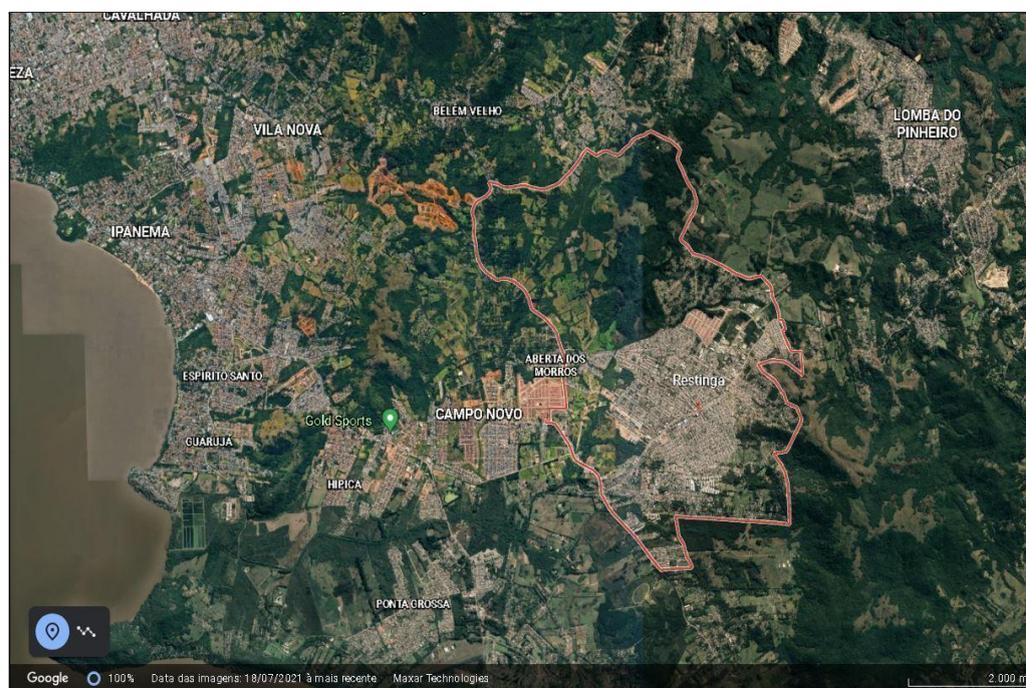
3. 2 Descrição do Bairro Restinga

Em 1969 surgiu o Bairro Restinga Nova, na zona sul de Porto Alegre. O Bairro Restinga é um dos bairros mais populosos de Porto Alegre, possui 51.589 habitantes (Censo IBGE/2010), ficando atrás apenas do Bairro Rubem Berta e Sarandi. Sua criação se deu através da Lei 6571 de 8 de janeiro de 1990. Devido ao êxodo rural, em 1940 os centros urbanos começaram a ser ocupados por

agricultores em busca de melhores condições de vida, entretanto nem todos os imigrantes conquistaram seus empregos nas indústrias ou no comércio, assim se tornando marginalizados. Esses imigrantes acabaram se alocando em casebres localizados no antigo Bairro da Ilhota, próximo a Avenida Azenha, assim formando várias vilas pela cidade. Em 1965 com a lei criou-se o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) que transferiu todos esses moradores para uma região a 22 quilômetros do centro de Porto Alegre.

Atualmente o Bairro Restinga triplicou o seu contingente populacional. O bairro é cortado pela Avenida João Antônio da Silveira: em um lado temos a Restinga Velha, que apresenta condições precárias de moradia e saneamento básico, no outro lado a Restinga Nova com estruturas mais desenvolvidas. As duas fazem parte do mesmo bairro, mas ambas possuem suas características e particularidades que evidenciam a ocupação nas décadas de 60 e 70. Devido ao histórico de ocupação do bairro, diferentes realidades são encontradas.

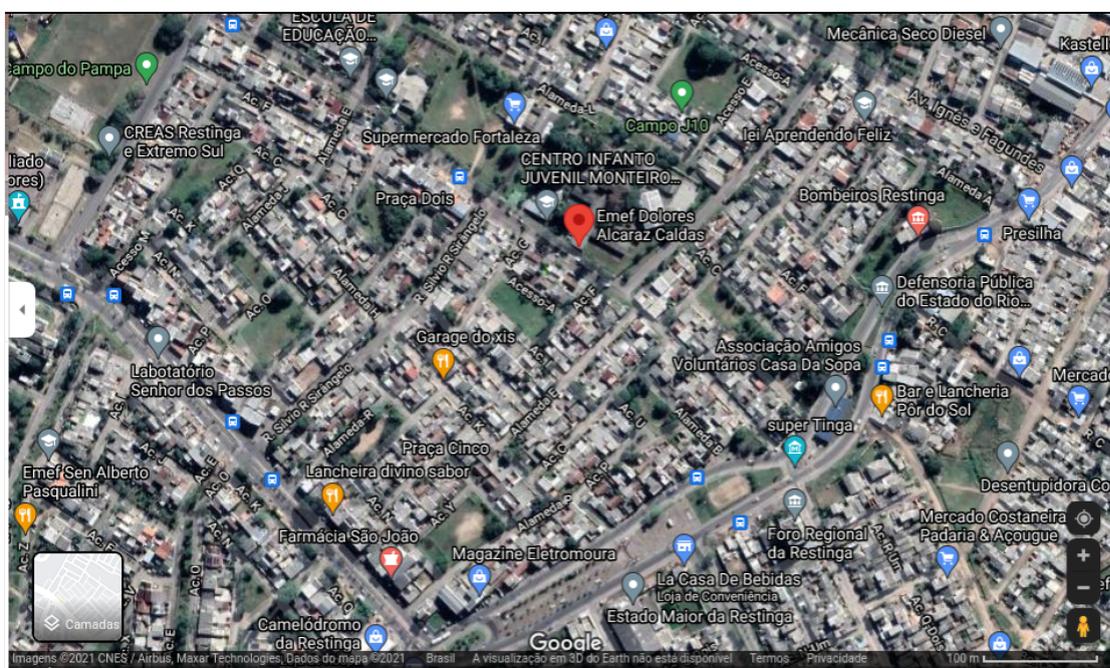
Figura 1: Localização Bairro Restinga



Fonte: Google Earth (2021).

Segundo levantamentos históricos, o bairro recebeu este nome devido a um pequeno arroio com as margens cobertas de mato e sanga que era característico no início de sua ocupação. Hoje, o Arroio do Salso continua cortando o bairro, porém devido ao desenvolvimento urbanístico, sua vegetação arbustiva e matas com figueiras nos sopés dos morros e maricás nas áreas lacustres foram desaparecendo. Nessa época o Bairro Restinga passava por muitas dificuldades no que se refere às políticas públicas, foi através de um empenhado trabalho de sua comunidade que o bairro se tornou oficial, via Lei no 6571 de 1990, contando hoje com transportes, posto de saúde e instituições de ensino e grandes comércios. Hoje é considerado um auto suficiente, apesar de suas dificuldades, no núcleo urbano dentro de Porto Alegre. Toda luta da comunidade por melhorias gerou um sentimento de pertencimento muito exacerbado entre os moradores, sentimento esse que é notado com facilidade e que faz o bairro se desenvolver com o passar do tempo.

Figura 2: Localização da EMEF Dolores Alcaraz Caldas



Fonte: Google Maps (2021).

O projeto de estruturação do bairro prometido pela prefeitura ficou em grande parte no papel e o bairro foi se constituindo aceleradamente por ocupações que, com falta de estrutura, sem suporte dos serviços de assistência, sem emprego e saneamento básico, colocou grande parte dessa comunidade em situação de vulnerabilidade. A Restinga, embora concentre um grande número de escolas municipais e uma unidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS - Restinga), é carente em escolas de Ensino Médio, opções de lazer, esporte cultura e cursos profissionalizantes, enfim, atividades para os adolescentes e jovens no contraturno escolar.

O bairro possui várias associações comunitárias, entidades religiosas, organizações não governamentais e grupos ligados à cultura do carnaval como as escolas de samba Estado Maior da Restinga e União da Tinga.

3. 3 Contextualizando à escola

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é a identidade da escola e revela sua organização, suas metas e seus planos para toda comunidade. É parte essencial na garantia da Gestão Democrática da educação coletiva entre gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, pais, familiares e representantes da comunidade vinculados ao processo educativo da escola. A produção coletiva e democrática do PPP, possibilita que se constitua o sentimento de pertencimento na comunidade escolar e essa integração promove a imagem pública da instituição. O PPP da EMEF Dolores Alcaraz Caldas contou com a participação da comunidade e foi construído entre os anos de 2008 e 2011 e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de Porto Alegre em 2017.

Em 1957, a EMEF Dolores Alcaraz Caldas foi fundada oficialmente, com seu funcionamento na Vila Dona Theodora. No entanto, já existia há sete anos, criada por iniciativa da Sra. Patrocina Saldanha da Gama. Em 1971, com a remoção das famílias que moravam na Vila Dona Theodora para a Vila Nova Restinga, foi transferida parcialmente para o seu local definitivo. Iniciante tornou-se uma escola

de 1º grau, com o passar dos anos foi implantado o Serviço de Educação de Jovens e Adultos - SEJA.

Em 1999 a escola iniciou o processo de adaptação ao sistema de ensino por Ciclos de Formação, bem como as Totalidades de Ensino para Jovens e Adultos - EJA. Entre os anos de 2000 e 2011 foram implementadas duas Salas de Integração e Recursos para alunos com deficiência visual e intelectual. Em 2013 a escola passou por uma grande reforma que revitalizou seus espaços e investiu na acessibilidade, construindo rampas e colocando piso tátil para locomoção de pessoas cegas. Hoje a escola possui 11 prédios com 29 salas de aula, 1 quadra esportiva coberta e mais dois espaços utilizados para prática de Educação Física, além do saguão, pracinha com brinquedos dentro do pátio e bosque.

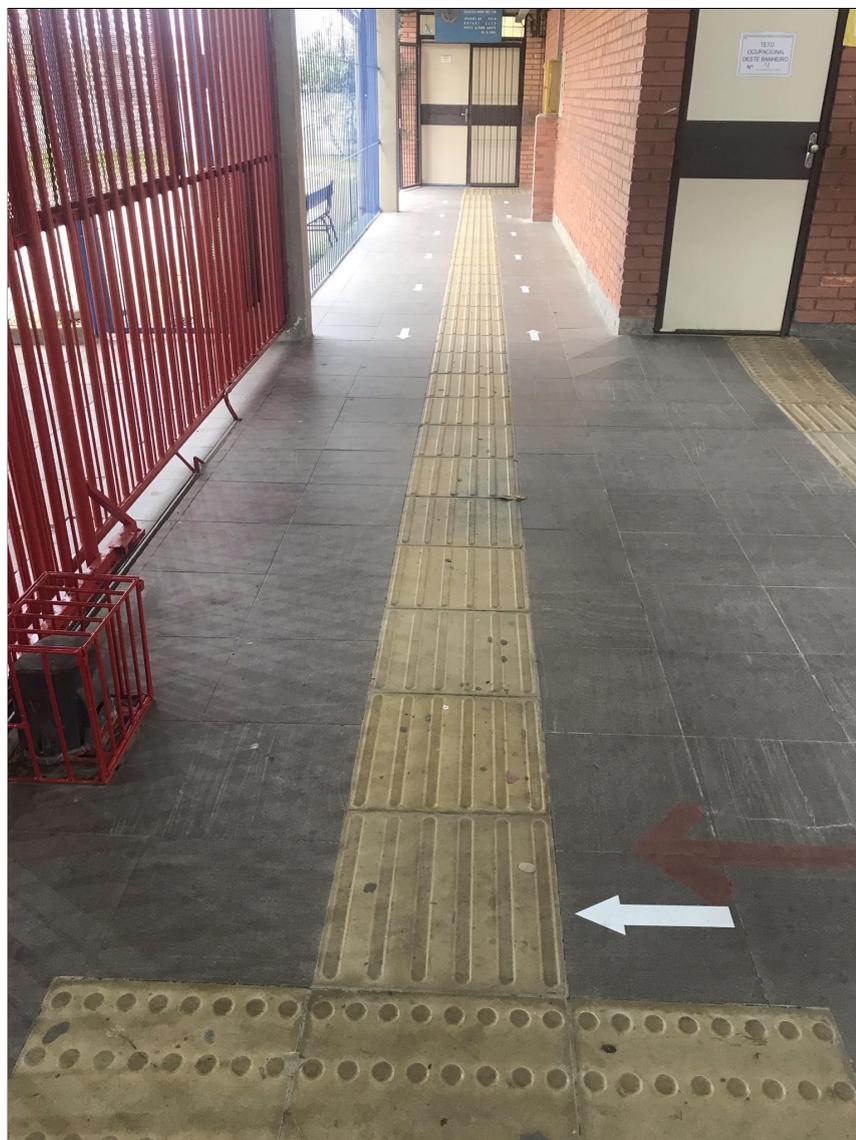
Figura 3: Entrada da escola



Fonte: Próprio autor (2021).

O processo de inclusão escolar não está limitado à sala de aula, ou seja, o processo começa a partir do portão da escola. Diante disso, a Escola Dolores Alcaraz Caldas planejou sua estrutura no decorrer dos anos, com o objetivo de oportunizar o deslocamento dos alunos em todos os espaços da escola, bem como acessibilidades para os alunos cegos ou com baixa visão e cadeirantes. Tais modificações facilitam o processo de inclusão e diminuem as barreiras físicas e arquitetônicas do ambiente escolar.

Figura 4: Piso tátil no saguão da escola



Fonte: Próprio autor (2021).

Figura 5: Piso tátil na entrada das salas de aula



Fonte: Próprio autor (2021).

Figura 6: Rampa para alunos cadeirantes



Fonte: Próprio autor (2021).

Figura 7: Rampa para o acesso às quadras de educação física



Fonte: Próprio autor (2021).

A escola oferece uniformes para os alunos, mas não é de uso obrigatório. A maioria dos alunos moram no próprio bairro, portanto vão caminhando para a escola, alguns vão de van escolar e outros de carro. Existem horários definidos para os alunos entrarem na escola, sendo às 8h no turno da manhã e 1h10min no turno

da tarde, ambos horários com 10 min de tolerância. Às 12h50min o portão é aberto para o almoço. Fora esses horários os alunos ficam no lado de fora da escola aguardando sua entrada justificada. Devido a gestão democrática exercida pela equipe diretiva, a escola preza pelo ambiente harmônico. Os alunos costumam andar em grupos, mas não excluindo os demais, o respeito com as diferenças é uma das características presentes na escola. O intervalo é cheio de atividades esportivas, músicas e interações entre os alunos. O Plano Político Pedagógico está apoiado nas contribuições das teorias pós-críticas, a escola entende o currículo como artefato social e cultural envolvido com a produção do sujeito-aluno. O currículo passa a ser visto como um objeto construído cotidianamente por professores e alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Educação inclusiva na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas

A Escola Dolores Alcaraz Caldas está, diariamente, buscando alternativas para diminuir as lacunas presentes no processo de inclusão escolar. No entanto, sabe-se que a defasagem no tratamento do público alvo da educação inclusiva é resultado de um processo lento e com muitas controvérsias por parte do sistema educacional. Mesmo com muitos desafios, a escola segue acreditando na inclusão plena de todos os alunos. De acordo com a diretora da escola:

Acredito que as aprendizagens são muito mais ricas e significativas quando acontecem na diversidade! A inclusão na Escola se realiza a partir da sala de integração e recursos, respeitando a acessibilidade e a necessidade educativa especial dos estudantes.

Um dos desafios mais abordados quando falamos de inclusão escolar é o desenvolvimento em sala de aula, ou seja, a maneira que a docência encara as particularidades e singularidades de cada aluno. Vale ressaltar que cada aluno possui um desenvolvimento cognitivo, ou seja, cada aluno desenvolve suas

potencialidades de forma distinta, e cabe ao professor achar mecanismos e alternativas para estimular tais potencialidades. Nas palavras da diretora: "penso que o maior desafio está na base de formação do professor que apresenta dificuldades no planejamento incluindo a adaptação curricular, bem como os recursos humanos especializados para o atendimento."

Já é sabido que a inclusão envolve muitos tabus, ainda mais quando falamos sobre deficientes físicos, entretanto a inclusão escolar engloba uma série de particularidades. Muitas vezes alunos da educação inclusiva são subestimados, isto é, sua capacidade cognitiva não é valorizada, isso acaba dificultando o seu desenvolvimento, bem como seu avanço intelectual perante aos demais. Muitos alunos terminam o ensino fundamental com desenvolvimento não esperado pelos professores, realidade essa que mostra a importância de uma formação mais abrangente para os futuros professores, bem como formações continuadas para os professores já presentes no chão da escola.

4.2 O Atendimento Educacional Especializado na escola

A escola possui duas Salas de Inclusão e Recursos - SIR, uma voltada para alunos com deficiência visual ou baixa visão e a outra que atende alunos com distúrbios de aprendizagem, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. A função dos professores que trabalham nesse local é achar mecanismos para promover a inclusão escolar, ou seja, desenvolver as potencialidades de cada aluno, preservando sua permanência dentro da escola. Conforme depoimento de uma das professoras:

A função do professor do AEE é atender alunos com deficiência no contraturno, oferecendo momentos diversificados com o objetivo de desenvolver as potencialidades do sujeito. Também, articular ações que visem uma plena inclusão do aluno na escola, prestar assessoria aos professores, com a finalidade de construir possibilidades de uma efetiva inclusão. O atendimento aos alunos acontece no contra turno, em dois períodos semanais, buscando sempre oferecer recursos adequados para a construção de conhecimentos, de competência para o enfrentamento de situações problemas.

Hoje a escola conta com três professoras especializadas em inclusão, atendendo cerca de 55 alunos. Para os alunos frequentarem as SIRs é necessário apresentar laudo ou preencher a ficha de encaminhamento (ANEXO A) para que, caso necessário, a investigação seja feita. O professor e a coordenação precisam preencher a ficha de encaminhamento disponibilizada pelos profissionais que atendem o público alvo da Educação Especial, nessa ficha constam observações que serão averiguadas para o encaminhamento.

No entanto, a inserção de professores especializados não é suficiente para promover a inclusão de forma plena, existem diversas barreiras e dificuldades que permeiam o ambiente escolar. A falta de investimentos por parte do poder público é uma das barreiras que dificultam os trabalhos do AEE, descaso esse que reflete de forma direta no desenvolvimento das crianças e adolescentes da escola. Essa realidade é destacada pela professora da SIR Visual:

A falta de investimentos de recursos para a realização do trabalho com qualidade, por parte do poder público, o encontro de barreiras atitudinais, por parte dos adultos que deveriam ter o compromisso com a construção de uma escola mais inclusiva.

O não comprometimento da mantenedora com a inclusão acaba gerando lacunas no que se refere ao desenvolvimento das crianças e adolescentes dentro da escola. Essa realidade acaba dificultando o trabalho dos professores e consequentemente a efetivação plena das políticas de inclusão vigentes no Brasil. Oportunizar uma educação onde todos possam aprender juntos é um dever que deve ser atribuído para todas as instâncias do sistema educacional. A inclusão escolar vai muito além do recebimento dos alunos nos espaços escolares, a permanência é fundamental e só acontece quando os setores dialogam entre si com o intermédio da mantenedora.

A inclusão escolar não é de responsabilidade apenas dos professores especializados e/ou da coordenação e supervisão escolar, a inclusão é de responsabilidade de todos presentes no espaço escolar, inclusive dos professores da classe comum, que tem o dever de desenvolver as potencialidades de seus

alunos com o objetivo de formar cidadãos aptos à reflexão no mundo contemporâneo, no qual eles habitam, interagem e modificam constantemente com suas relações.

Figura 8: Globo terrestre tátil



Fonte: Próprio autor (2021).

Figura 9: Mapa Mundi tátil elaborado pelas professoras especializadas



Fonte: Próprio autor (2021).

Hoje às salas voltadas para a inclusão são abarrotadas de brinquedos desatualizados e sem finalidades pedagógicas para promover a inclusão e o desenvolvimento dos alunos. Concepções trazidas pela professora de AEE:

Nos últimos anos o maior desafio e dificuldade da implementação e efetivação da educação inclusiva na escola tem sido a falta de comprometimento da SMED em realizar o seu papel de gestora, ou seja, cumprir a legislação vigente para a área da educação especial. Esse descompromisso da mantenedora gera um descompasso entre os direitos garantidos em lei para a plena inclusão de todos na escola regular e o que realmente se consegue oferecer aos alunos.

Quando falamos em educação inclusiva temos que entender que o processo é extremamente lento, não somente dentro da escola, mas dentro da sociedade como um todo. Barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações e nas informações, bem como barreiras atitudinais ainda são recorrentes dentro da sociedade e dentro das escolas. As políticas públicas voltadas para a Educação Inclusiva são de suma importância para mudar o cenário atual, o Brasil já avançou bastante em suas leis, temos leis muito boas, porém seguem apenas nos papéis. Além de caminharmos de forma lenta, a educação inclusiva vem sendo atacada com o intuito de retirar os direitos já conquistados nessas décadas de luta. Como aponta a professora do AEE:

As políticas públicas são fundamentais para a efetivação da educação inclusiva, pois são elas que garantem a legitimidade e as condições de trabalho aos alunos com deficiência nas escolas. No entanto, o que tem acontecido nos últimos meses é um forte ataque e uma tentativa de retirada de direitos já conquistados nessa área e um retrocesso na concepção de educação inclusiva por parte do Ministério da Educação. Apesar desses acontecimentos lamentáveis, continuamos trabalhando e acreditando que a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares é a maneira ideal de assegurar o direito de todos à educação de qualidade com respeito às especificidades de cada um.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas dentro da escola, o atendimento especializado segue acreditando em dias melhores, pois acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes diariamente se tornou a principal motivação para acreditar na educação inclusiva. Acompanhar a inclusão de alunos na escola regular, a participação nas atividades e receber apoio dos colegas mostra que o trabalho desenvolvido vale a pena, bem como seu avanço intelectual, físico e emocional. Nas palavras da professora da SIR:

Considero um sucesso à inclusão na nossa escola quando vejo os alunos com deficiência participando das atividades escolares junto com seus pares, avançando nas suas aprendizagens e demonstrando estarem felizes no espaço da escola e outro momento de sucesso, na minha opinião, acontece

quando os alunos com deficiência conseguem concluir o ensino fundamental com desejo de cursarem o Ensino Médio.

Cada aluno possui um perfil cognitivo diferente, ou seja, cada indivíduo apresenta modos de aprender diferentes. A escola deve oferecer subsídios para o desenvolvimento de tais potencialidades, desapegando da padronização que alicerça as escolas. O espaço geográfico escola faz parte de uma totalidade, na qual existem diferentes indivíduos, cada qual com suas particularidades e singularidades que precisam ser preservadas e valorizadas dentro do ambiente escolar, assim propiciando um aprendizado mais significativo.

4.3 O ensino de Geografia no contexto da educação inclusiva na EMEF Dolores Alcaraz Caldas

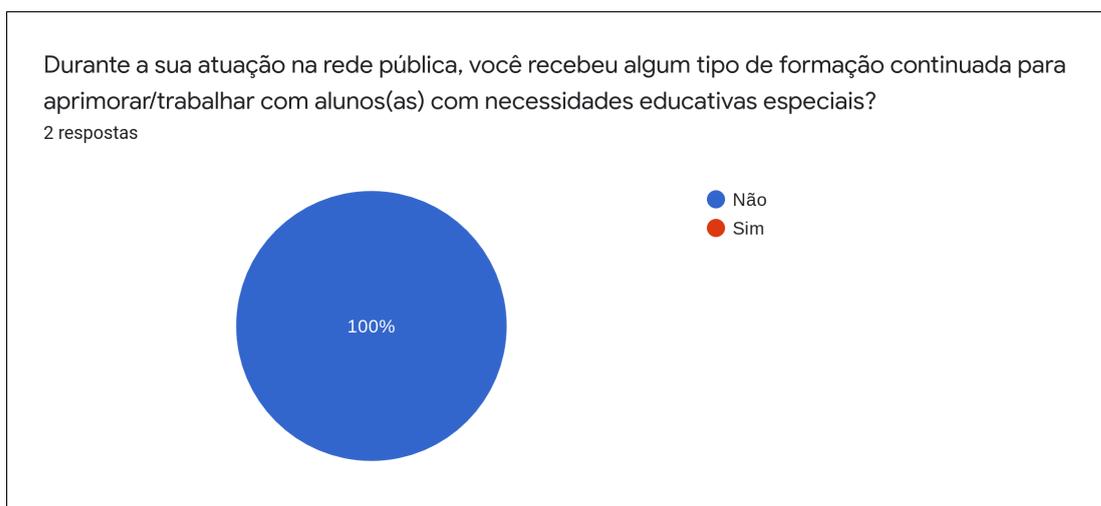
Durante a trajetória acadêmica o tema inclusão é pouco discutido, entretanto o público alvo da educação inclusiva, de alguma forma, está presente em diferentes contextos, por exemplo, no Livro Didático. Segundo Tonini (2002) as imagens dos Livros Didáticos precisam passar por um interrogatório, ou seja, perguntar quem está nas imagens? Quem não está? Quem foi silenciado? Perguntas como essas acabam propiciando o debate e a quebra de paradigmas e, conseqüentemente, a inclusão de determinados grupos da sociedade, que não é homogênea.

A geografia acadêmica tem a possibilidade de avançar no campo da inclusão escolar, uma vez que, ao entrar na educação básica os professores recém formados irão se deparar com tal realidade. Durante a graduação percebe-se a ausência de debates voltados para a educação inclusiva, relato esse que é confirmado pelo professor formado em Geografia da escola durante a pesquisa.

Outra preocupação que tangencia a prática docente dos professores de geografia da escola é a ausência de formação continuada para propagar a inclusão escolar, ou melhor, a omissão do poder público para com a inclusão escolar de forma plena. Nesse contexto, percebe-se o avanço nas leis que asseguram a

matrícula e a permanência dos alunos públicos da educação inclusiva, mas também o descaso com o trabalho docente e com o desenvolvimento das crianças e adolescentes dentro dos espaços educativos. Reflexão essa que é confirmada pelos professores de Geografia da escola no gráfico a seguir:

Figura 10: Professores de Geografia que receberam formação continuada



Fonte: Próprio autor (2021).

Hoje em dia é muito comum encontrar professores desmotivados, desesperançosos, isto é, sem sentido e esperança nas práticas docentes. A representação do sentido é muito importante e precisa ser passada. Temos que passar para os alunos o sentido da Geografia, sua relevância, mostrar que ela é básica para nos ajudar a entender o mundo. Para ter sentido o professor precisa ser muito criativo, temos que buscar caminhos diferenciados, metalinguagens, lidar com diferentes possibilidades de fazeres. O professor precisa ter atitude, em outras palavras, fazer constantemente a busca do novo. Novas possibilidades, constituindo novos processos pedagógicos. Temos que estabelecer o estado da dúvida. Saber perguntar muitas vezes é mais importante que saber. A sala de aula precisa ter vida, precisa ter experiência, precisa ter movimento.

4.4 Geografia escolar: inquietudes da inclusão

Embora a inclusão escolar seja vista como algo necessário para o desenvolvimento pleno dos alunos, os professores se sentem inseguros em suas práticas em sala de aula. Devido à falta de conhecimentos oriunda de sua formação, muitos professores acreditam no desenvolvimento de seus alunos de forma rasa, isso significa, na limitação do seu desenvolvimento cognitivo. Segundo o professor de Geografia da escola, "São múltiplos desafios, que envolvem não só a disciplina, como o trabalho docente. Mas creio que os professores deveriam receber suporte didático de como adaptar as aulas e o ensino." A falta de suporte do poder público para com os professores de Geografia propicia as inseguranças e as barreiras dentro da sala de aula.

Muitos professores não sabem qual é o público alvo da educação inclusiva, fato esse que acaba ocasionando a junção de definições distintas, ou melhor, a educação inclusiva acaba sendo vista como a modalidade educação especial. Podemos trabalhar a educação especial numa perspectiva inclusiva, porém a educação inclusiva abrange um público bastante grande dentro dos espaços educacionais. A Escola Dolores Alcaraz Caldas possui duas salas de atendimento educacional especializado, bem como coordenação e supervisão escolar. No entanto, existe um distanciamento entre os professores especializados, os professores de Geografia e coordenação escolar, tal distanciamento favorece as barreiras no ensino e aprendizagens dos alunos. Para o professor de Geografia da escola: "Eu acho que ainda tem muito o que melhorar, pois parece que o professor de sala não está integrado ao setor, assim como os profissionais responsáveis não trocam muitas experiências com quem leciona."

Diante do exposto, faz-se necessário o desenvolvimento da autonomia na busca das potencialidades de seus alunos, assim facilitando o desenvolvimento cognitivo de cada um, visto que os espaços educacionais apresentam uma diversidade muito grande de alunos, pois a escola reflete uma totalidade, a sociedade contemporânea.

É fundamental dar importância às diversas formas de pensamento e aos estágios de desenvolvimento das diversas inteligências. Hoje, existem diversos estudos sobre as diferentes inteligências nos indivíduos, por exemplo, inteligência linguística, inteligência musical, inteligência lógico-matemática, inteligência espacial, inteligência cinestésica. Saber identificar as diferentes maneiras de expressar a inteligência é saber desenvolver o cognitivo de cada aluno e, conseqüentemente, propiciar a inclusão escolar de forma plena em sala de aula.

Os professores, muitas vezes, assumem um conhecimento cristalizado, assumem verdades sólidas e não permitem com isso fazer uma reflexão constante das mudanças, que são velozes, do mundo que ajudam a construir. Assumem uma certa solidez e não permitem regozijar com a própria aprendizagem que o fazer pedagógico devolve, ou seja, muitas vezes não permitem fazer da sala de aula, das experiências pedagógicas uma constante pesquisa. O professor, por mais que ele não queira, é um pesquisador. Ao assumir essa postura, ele começa a valorizar as suas experiências, valorizar os conflitos, valorizar as diferenças, valorizar aqueles momentos que nos saímos, muitas vezes, decepcionados da sala de aula, inclusive repensar aqueles momentos que não conseguimos, com a nossa ciência, explicar plenamente o mundo em que vivemos e que precisamos reconsiderar nossas verdades e buscar outros contraditórios para quiçá ampliar essa possibilidade de conhecimento.

4.5 O ensino de Geografia na perspectiva inclusiva

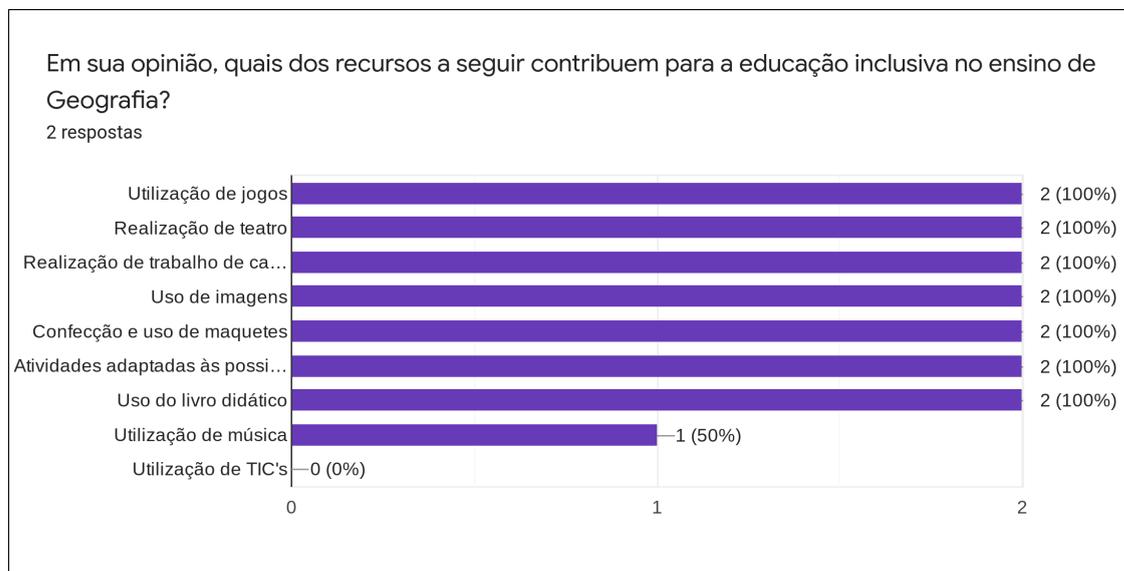
Há muito tempo a Geografia deixou de ser uma ciência descritiva, hoje a Geografia escolar tem o papel de oportunizar a existência de cada aluno, isto é, o pensar geográfico. Segundo Kaercher (2004) pensar geograficamente é tentar pensar a relação que existe entre ser e estar, mas não respondendo onde estou com as coordenadas geográficas. Os alunos precisam pensar a localização como um exercício do estar, ou seja, eu não sou apenas onde estou no ponto de vista da latitude e da longitude, eu sou na minha relação com os demais, com alteridade.

Segundo Costella (2013) os professores fruto das universidades sabem muito Geografia, mas sabem pouco transformá-la em conhecimentos de sala de aula na educação básica. Quando falamos em inclusão escolar a aproximação com o cotidiano, com a realidade dos alunos é ainda mais necessária, pois partimos do falso suposto que os alunos gostam de Geografia e a entende tal como nós professores já formados. Ainda de acordo com Costella (2013), os conteúdos da Educação Básica servem para serem esquecidos. O professor que se preocupa mais com o conteúdo do que com o desenvolvimento cognitivo de seus alunos, não venceu o conteúdo, mas foi vencido por ele.

Tudo o que ocorre no mundo, na sociedade, obviamente, ocorre na escola, pois ela não pode ser abstraída efetivamente do espaço geográfico, ela é uma parte. Às vezes culpamos a escola por muitas coisas, mas não é a escola, ela simplesmente está inserida no tecido que é uma totalidade. A escola é um ponto de encontro, porque os alunos vão para se encontrarem. A escola é a instituição mais democrática que existe e que quase todos nós acabamos frequentando, nos encontrando e passando.

Com base na pesquisa disponibilizada para os professores de Geografia da escola Dolores Alcaraz Caldas, é notória a carência no entendimento do papel da Geografia na vida dos alunos, não só público da educação inclusiva, mas também os ditos “normais”. Segundo os professores de Geografia da escola, utilizar materiais que se conectam à materialidade e possam ativar tato, audição e visão apresentam resultados satisfatórios na maioria das atividades, bem como imagens, ilustrações e textos pequenos e sucintos em relação a cada assunto abordado.

Figura 11: Recursos pedagógicos utilizados pelos professores de geografia



Fonte: Próprio autor (2021).

Os professores pesquisados relataram a utilização de jogos, teatro, trabalho de campo, uso de imagens, maquetes. No entanto, tais metodologias só serão significativas se trabalharmos de forma reflexiva e com a criticidade oriunda dos próprios alunos.

Diante do exposto, faz-se necessário o rompimento da ideia de que a Geografia é por si só atrativa e por si só compreensível só porque ela está no Livro Didático. O Livro Didático não é tão didático, ele precisa de uma série de chaves para que possamos abrir as janelas para a compreensão dos conteúdos. O mais importante é saber problematizar, é saber perguntar. A relevância do questionamento é de suma importância.

A inclusão de forma plena só acontece quando há equidade. Portanto, a Geografia enquanto ciência que procura construir a existência dos alunos dentro de um a sociedade plural, tem a possibilidade de oportunizar a existência dos alunos a partir deles mesmos, ou seja, abrindo o leque de inteligências dentro da sala de aula e potencializando as particularidades e singularidades de cada indivíduo nela presente. A Geografia se faz presente na escala local, nós enxergamos com mais

clareza e nos tornamos autores desse espaço geográfico que está em constante modificação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que foi desenvolvida numa escola municipal, localizada na periferia de Porto Alegre, propiciou inúmeras reflexões no que se refere à inclusão escolar com o ensino de Geografia, evidenciou dificuldades e inseguranças que tangenciam a Geografia escolar. Notou-se grandes falhas na formação dos professores, bem como no diálogo entre setores da própria escola. Também se notou a importância do trabalho desenvolvido nas salas de Atendimento Educacional Especializado e a necessidade de aproximação com os professores de Geografia. Diante do exposto, chega-se à ideia da desinformação de quem é o público alvo da inclusão escolar e como ofertar uma Geografia significativa para tais Alunos.

A Geografia é uma ciência viva, ou seja, é entender o dia a dia no qual se modifica o tempo todo. Entender o dia a dia é adentrar nas inúmeras realidades dentro da sala de aula, bem como no contexto que a escola está inserida. Quando partimos do aluno, estamos oportunizando a Geografia vivida e é com essa geografia que chegamos na Geografia enquanto ciência. Em outras palavras, a Geografia escolar nada mais é do que o encontro/confronto entre a Geografia científica e a Geografia de cada aluno. Diante disso, nota-se a importância de reposicionar os alunos que ficaram às margens do processo educativo.

Mesmo com as inúmeras lacunas no processo de inclusão escolar, percebe-se muita esperança de dias melhores. A Escola Dolores Alcaraz Caldas busca através de reuniões pedagógicas uma interação mais harmônica entre os setores da escola, bem como entre a Geografia e o processo de inclusão. Entretanto, o processo é lento e gradual, pois o poder público é omissor.

Nós não sabemos o que será amanhã, não sabemos o que vai ser ano que vem, mas sabemos que o processo educativo se modifica e nós enquanto professores fazemos parte desse processo. A docência e a Geografia se constituem

e ela ajuda a constituir o processo de aprendizagem, através das redes que se interligam na escola, portanto é fundamental a interação entre AEE, equipe diretiva e professores de Geografia. Enquanto professores não podemos modificar o destino, mas enquanto profissionais e enquanto cidadãos podemos, efetivamente, ajudar a modificar o processo, por exemplo, procurar formar cidadãos que tenham a vontade, a consciência de criar um Brasil mais justo, com menos desigualdade social, um Brasil com uma maior preocupação com seus recursos naturais, um Brasil que não queira espalhar ódio, mas que queira aceitar opiniões diferentes e posturas diferentes e, conseqüentemente, promover a inclusão escolar.

Ainda hoje os espaços escolares apresentam uma organização enraizada no processo educativo inicial da sociedade, ou seja, sua configuração é pautada na padronização. No entanto, sabe-se que os espaços escolares possuem uma diversidade muito grande de alunos, cada qual com suas características. Portanto, faz-se necessária a reflexão das nossas ações enquanto professores. A Geografia, que tem como campo de análise o espaço geográfico, tem a possibilidade de adentrar mais no campo da inclusão escolar, assim oportunizando a Geografia Escolar para todos.

Hoje, devido a omissão do poder público na implementação das políticas que sustentam a educação inclusiva, um dos principais recursos utilizado pelos professores de Geografia da Educação Básica são os Livros Didáticos, com isso faz-se necessária a criticidade e as reflexões para não propagar conhecimentos "neutros" que reforçam estereótipos que circulam na sociedade, bem como nos espaços escolares. Diante disso, o uso de novos recursos pedagógicos para construir o conhecimento geográfico é de suma importância. A utilização de jogos, reportagens, dança, maquetes, sempre são bem vindas em nossas práticas em sala de aula, pois aproxima os alunos dos objetos do conhecimento e oportuniza o desenvolvimento de diferentes inteligências.

Mesmo com todas as barreiras que dificultam o ensino de Geografia para como a educação inclusiva, ainda busca-se alternativas para diminuir a defasagem na formação dos professores, bem como nas práticas em sala de aula. No entanto,

para chegar na inclusão propriamente dita, em que o aluno desenvolve suas potencialidades preservando sua integridade física, intelectual e emocional, é necessário uma maior interação entre equipe diretiva, professores especializados e professores de Geografia. Diante disso, temos a equidade nos espaços escolares, bem como nas aulas de Geografia.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte**, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

CALLAI, Helena Copetti. **A geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre, São Paulo: n.16, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns.** São Paulo, Ed.Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTELLAR, Sônia (org.). **Educação Geográfica, teorias e práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2005.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** – 5 ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papyrus, 2014.

CORREIA, Luis. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto, Portugal: Porto, 1999.

COSTELLA, Roselane Zordan; SANTOS, Leonardo Pinto dos. **Cartas Para Que Te Quero: uma experiência de leitura do espaço geográfico na Geografia escolar.** In: Revista FSA, v.15. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho, 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 15 de outubro de 2021.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990.

Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 20 de outubro de 2021.

DUTRA, Claudia. **Inclusão que Funciona.** In Nova Escola, setembro, 2003

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial.** Curitiba: Ibpex, 2016.

GLAT, Rosana.(org.) **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. (Questões atuais em Educação Especial IV).

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2004.

KAERCHER, Nestor André. **Quando a geografia crítica pode ser um pastel de vento.** Mercator Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 17 setembro de. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria. Teresa Eglér. **Ensinando à turma todas as diferenças na escola.** Pátio – revista pedagógica. Ano V, n. 20, fev./abr. 2002.

MANTOAN, Maria. Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **EDUCAR EM REVISTA.** Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é Educação Inclusiva?** Revista Integração. Brasília: MEC/SEESP, v. 8, n.20, 1998.

NOGUEIRA, Ruth Emília (Org.) **Geografia e Inclusão Escolar: teoria e práticas.** Florianópolis: Edições do Bosque, 2016.

Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> . Acesso em 10 agosto de 2021.

REGO, Nelson. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, acesso em 18 de outubro de 2021.

ROLIM, Olga Maria Piazzentin. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental, Bauru, 2008

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas.** Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/562>. Acesso em 29 setembro. 2021. UNICEF.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

TONINI, Ivaine Maria et al. (org.). **O Ensino de Geografia e suas Composições Curriculares.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas: Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia,** 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo compreender quais os desafios e perspectivas com a Geografia no que se refere à Educação Inclusiva. Com este objetivo, esse estudo tem como campo de análise a Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas, situada em Porto Alegre.

Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

A coleta de dados envolverá a aplicação de um questionário com questões semiestruturadas que deverá ser respondido individualmente por professores/as que atuam na escola. A coleta será realizada pelo estudante Claudiomiro de Witt Filho, licenciando que irá desenvolver a pesquisa que integra o seu Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia/UFRGS.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto integra as propostas de Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados

oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade do estudante Claudiomiro de Witt Filho, que desenvolverá o estudo, e, após cinco anos, será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a escola, se assim for solicitado.

Por intermédio deste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão da Educação Inclusiva e suas relações com os processo de ensino e aprendizagem com a Geografia escolar.

Agradecemos a colaboração dessa instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A orientadora responsável por esta pesquisa é a Prof^a Denise Wildner Theves do Departamento de Ensino e Currículo (DEC) da Faculdade de Educação da UFRGS. A mesma poderá ser contatada por meio do telefone (51)981170011.

Estudante pesquisador

Prof^a Orientadora (FACED/UFRGS)

Concordamos que os/as professores/as, da Escola Municipal Dolores Alcaraz
Caldas participem do presente estudo.

Local e data

Responsável e cargo

Carimbo Escola

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO PROFESSORES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL****INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS****DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA****TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu _____ (nome _____ do(a)
entrevistado(a).....

....., abaixo assinado, autorizo CLAUDIOMIRO DE WITT FILHO, estudante de GEOGRAFIA - Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS COM A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II NA EMEF DOLORES ALCARAZ CALDAS (PORTO ALEGRE) e está sendo orientado pela Prof.(a.) Dr.(a.) Denise Wildner Theves.

Porto Alegre, de de 20_____ .

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DIRETORA DA ESCOLA

- 1) Diretora, a senhora acredita na construção da educação inclusiva, onde todos os alunos aprendem juntos? Comente como tem sido realizada a inclusão na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

Sim! Acredito que as aprendizagens são muito mais ricas e significativas quando acontecem na diversidade! A inclusão na Escola se realiza a partir da sala de integração e recursos, respeitando a acessibilidade e a necessidade educativa especial dos estudantes.

1. Quais os desafios e as maiores dificuldades da implementação e efetivação da educação inclusiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas?

Penso que o maior desafio está na base de formação do professor que apresenta dificuldades no planejamento incluindo a adaptação curricular, bem como os recursos humanos especializados para o atendimento.

2. Comente situações de sucesso no que se refere à inclusão na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

A Conclusão do ensino fundamental de estudantes que no desenvolvimento de suas habilidades superaram as expectativas dos objetivos traçados no seu planejamento pedagógico de intervenção.

3. Qual o papel das políticas públicas na construção da educação inclusiva? Como elas têm sido implementadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

Garantir o direito à educação, não só no acesso, mas como a permanência na escola regular com sucesso tendo todas as suas necessidades atendidas.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PROFESSORAS DO AEE

- 1) Qual a função do professor de AEE? Comente como tem sido realizado esse atendimento na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

A função do professor do AEE é atender alunos com deficiência no contraturno, oferecendo momentos diversificados com o objetivo de desenvolver as potencialidades do sujeito. Também, articular ações que visem uma plena inclusão do aluno na escola, prestar assessoria aos professores, com a finalidade de construir possibilidades de uma efetiva inclusão. O atendimento aos alunos acontece no contra turno, em dois períodos semanais, buscando sempre oferecer recursos adequados para a construção de conhecimentos, de competência para o enfrentamento de situações problemas.

A função do professor de AEE é garantir a inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, sendo responsável por eliminar as barreiras que possam prejudicar a participação, a permanência e a aprendizagem destes alunos na escola. O atendimento dos alunos com deficiência da escola Dolores acontece na Sala de Inclusão e Recursos - SIR- (nome usado para denominar o AEE na rede municipal de ensino de POA), atualmente, de forma presencial, sendo dois encontros semanais de uma hora cada.

- 2) Quais os desafios e as maiores dificuldades em sua atuação como AEE?

A falta de investimentos de recursos para a realização do trabalho com qualidade, por parte do poder público, o encontro de barreiras atitudinais, por

parte dos adultos que deveriam ter o compromisso com a construção de uma escola mais inclusiva.

A falta de investimento financeiro por parte da gestão municipal para garantir a plena inclusão de todos os alunos.

- 3) Comente como tem sido realizada a educação inclusiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

Os alunos com deficiência são matriculados nas turmas e é solicitada a redução de alunos por turma para a SMED, redução está respaldada na Resolução 013. Após é realizado um encontro com o professor que irá receber este aluno, para o planejamento de ações. O professor recebe assessoria a qualquer tempo, conforme as suas demandas e as necessidades do aluno.

Na nossa escola, os alunos com deficiência são incluídos nas turmas regulares de ensino, onde realizam todas as atividades juntamente com seus colegas. No entanto, quando necessário, recebem adaptações das atividades e/ou flexibilizações dos conteúdos para o seu nível de aprendizagem. Desta forma, buscamos respeitar as necessidades específicas de cada aluno para que possa permanecer na escola, aprendendo com prazer.

- 4) Quais os desafios e as maiores dificuldades da implementação e efetivação da educação inclusiva na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas?

A falta de investimentos para renovação de equipamentos básicos de tecnologias assistivas, falta de profissional para compor o trabalho da

SIRVISUAL, um grande número de professores contratados sem formações oferecidas pela mantenedora, algumas barreiras atitudinais.

Nos últimos anos o maior desafio e dificuldade da implementação e efetivação da educação inclusiva na escola tem sido a falta de comprometimento da SMED em realizar o seu papel de gestora, ou seja, cumprir a legislação vigente para a área da educação especial. Esse descompromisso da mantenedora gera um descompasso entre os direitos garantidos em lei para a plena inclusão de todos na escola regular e o que realmente se consegue oferecer aos alunos.

- 5) Comente situações de sucesso no que se refere à inclusão na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas.

Uma das experiências que marcou, foi de iniciativa dos próprios alunos. Uma turma de A30 com uma aluna deficiente visual, passou o seu recreio inteiro na SIRVISUAL, brincando e interagindo a convite da menina com deficiência visual. O encantamento de todos e a felicidade da aluna eram contagiantes.

Considero um sucesso à inclusão na nossa escola quando vejo os alunos com deficiência participando das atividades escolares junto com seus pares, avançando nas suas aprendizagens e demonstrando estarem felizes no espaço da escola e outro momento de sucesso, na minha opinião, acontece quando os alunos com deficiência conseguem concluir o ensino fundamental com desejo de cursarem o ensino médio.

- 6) Qual o papel das políticas públicas na construção da educação inclusiva? Como elas têm sido implementadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Caldas?

As políticas públicas transparecem o quão são importantes ou se são invisibilizadas as pessoas com deficiência, também são influenciadoras de

movimentos sociais na medida em que suas ações são públicas, representantes eleitos de uma sociedade.

As políticas públicas são fundamentais para a efetivação da educação inclusiva, pois são elas que garantem a legitimidade e as condições de trabalho aos alunos com deficiência nas escolas. No entanto, o que tem acontecido nos últimos meses é um forte ataque e uma tentativa de retirada de direitos já conquistados nessa área e um retrocesso na concepção de educação inclusiva por parte do Ministério da Educação. Apesar desses acontecimentos lamentáveis, continuamos trabalhando e acreditando que a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares é a maneira ideal de assegurar o direito de todos à educação de qualidade com respeito às especificidades de cada um.

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PROFESSORES DE GEOGRAFIA

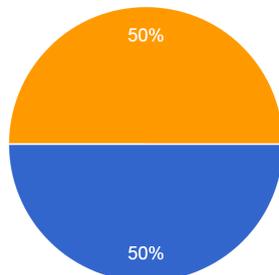
1) Qual sua carga horária na escola e em quantas turmas de Ensino Fundamental (anos finais) você é professor(a) na Escola Municipal de Ensino Dolores Alcaraz Caldas?

40h

2) Qual é sua formação?

2) Qual é sua formação?

2 respostas

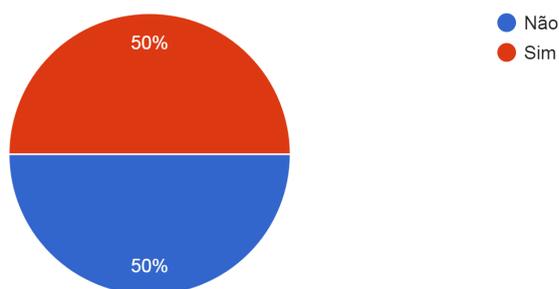


● Geografia Licenciatura.
● Geografia Bacharelado.
● História e Geografia

- 3) Durante sua trajetória acadêmica, a educação inclusiva foi uma temática abordada?

Durante sua trajetória acadêmica, a educação inclusiva foi uma temática abordada?

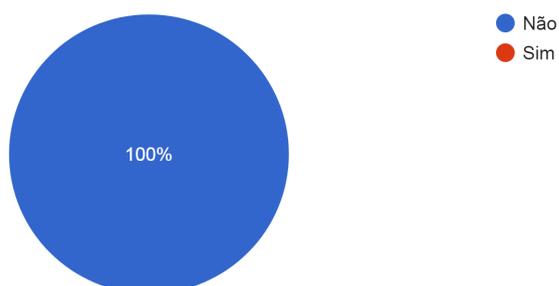
2 respostas



- 4) Durante a sua atuação na rede pública, você recebeu algum tipo de formação continuada para aprimorar/trabalhar com alunos(as) com necessidades educativas especiais?

Durante a sua atuação na rede pública, você recebeu algum tipo de formação continuada para aprimorar/trabalhar com alunos(as) com necessidades educativas especiais?

2 respostas



- 5) Professor, o(a) senhor(a) acredita no desenvolvimento do(a) aluno(a) com necessidades educativas especiais nas escolas regulares de ensino público?
Comente.

Acredito, pois os avanços podem ser adquiridos a partir dos conteúdos normativos, mas também por vínculos de convivência.

Sim, na medida do possível.

- 6) Quais os desafios e as principais dificuldades percebidas no ensino de Geografia levando em consideração as necessidades educativas especiais a partir da inclusão?

São múltiplos desafios, que envolvem não só a disciplina, como o trabalho docente. Mas creio que os professores deveriam receber suporte didático de como adaptar as aulas e o ensino.

A necessidade de atividades adaptadas voltadas para a necessidade do aluno.

- 7) Em relação ao ensino de Geografia, levando em consideração as necessidades educativas especiais a partir da inclusão, quais os métodos e recursos que em sua opinião, demonstram melhores resultados?

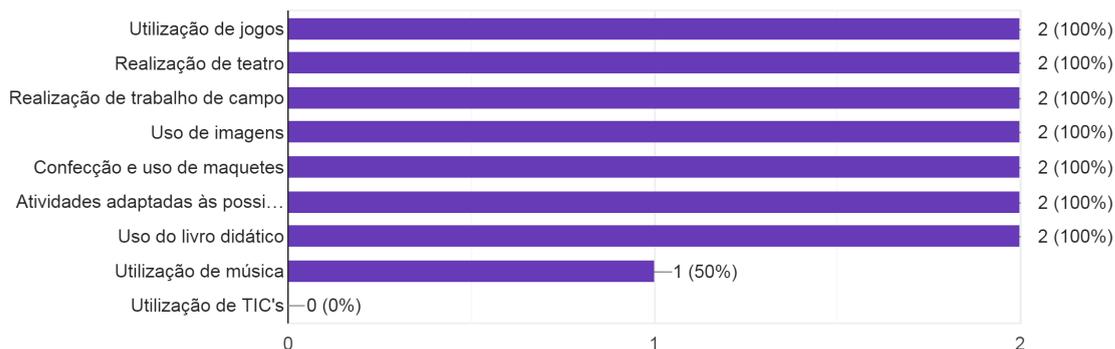
Olha eu busco utilizar principalmente imagens, ilustrações e textos pequenos e sucintos em relação a cada assunto abordado.

Utilizar materiais que se conectam à materialidade e possam ativar tato, audição e visão apresentam resultados satisfatórios na maioria das atividades.

8) Em sua opinião, quais dos recursos a seguir contribuem para a educação inclusiva no ensino de Geografia?

Em sua opinião, quais dos recursos a seguir contribuem para a educação inclusiva no ensino de Geografia?

2 respostas



9) Comente sobre as contribuições do AEE (Atendimento Educacional Especializado) em seu trabalho com a Geografia escolar.

Eu acho que ainda tem muito o que melhorar, pois parece que o professor de sala não está integrado ao setor, assim como os profissionais responsáveis não trocam muitas experiências com quem leciona.

É importantíssimo o trabalho desenvolvido e o importante suporte.

ANEXO

ANEXO A - FICHA DE ENCAMINHAMENTO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DOLORES A. CALDAS SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS VISUAL- SIR VISUAL PROFESSORA: Susete Schneider	
Ficha de encaminhamento para avaliação na SIRVISUAL - a ser preenchida pelos professores do aluno/ SOE/ SOP	
NOME DO ALUNO:	D.N.:
ESCOLA:	TURMA:
Descrição dos indicadores e/ou situações para justificar o encaminhamento do aluno para avaliação na SIRVISUAL (queixas de ardência nos olhos, olhos vermelhos, dificuldades para copiar do quadro, dor de cabeça constante, aproximação do rosto na folha ou caderno)	
1-PROFESSOR REFERÊNCIA: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	
2- ESPECIALIZADAS: _____ _____	
1- _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	
2- _____ _____ _____ _____ _____ _____	

